



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

CONSELHO SUPERIOR DO IFSC

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30 de junho de 2014

1 Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quatorze, na rua Quatorze de Julho, nº 150, bairro
2 Coqueiros, no Auditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Santa
3 Catarina, sob a presidência da Magnífica Reitora prof. Maria Clara Kaschny Schneider. Estavam
4 presentes os seguintes conselheiros: Francisco José Montório Sobral, representante suplente do
5 Ministério da Educação – MEC; Edna Corrêa Batistotti, representante da Secretaria de Educação do
6 Estado de Santa Catarina – SED (justificou sua ausência); Sérgio Luiz Gargioni, representante da
7 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – FAPESC; Antônio José Carradore,
8 representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC; Kátia Simone
9 Agapito Zanela, representante suplente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina –
10 FAESC; Anna Júlia Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Santa
11 Catarina – CUTSC (justificou sua ausência); Fabrício de Souza Albino, representante da Nova
12 Central Sindical (justificou sua ausência); Dalton Luís Ventura, representante dos egressos do IFSC;
13 César Norberto Rihl de Azambuja, representante dos egressos do IFSC; Erci Schoenfelder,
14 representante dos diretores gerais; Maria Bertília Oss Giacomelli, representante dos diretores gerais;
15 Telma Pires Pacheco de Amorim, representante dos diretores gerais; Raquel Matys Cardenuto,
16 representante dos diretores gerais; Clodoaldo Machado, representante dos docentes; Marcos Araquem
17 Scopel, representante dos docentes; Helio Ormeu Ribeiro, representante suplente dos docentes;
18 Cleverson Tabajara Vianna, representante dos docentes; Berenice da Silva Junkes, representante dos
19 docentes; Aparecida Rocha Gonçalves, representante dos técnico-administrativos; Delmar Moreira
20 Coutrin, representante dos técnico-administrativos (justificou sua ausência); Douglas Deni Alves,
21 representante dos técnico-administrativos; Eliana Cristina Bär, representante dos técnico-
22 administrativos; Joana Alexandrina, representante dos discentes (justificou sua ausência); Emanuel
23 Luiz Flores da Silva, representante dos discentes (justificou sua ausência); Fernando Topal Ramthun,
24 representante dos discentes (justificou sua ausência); Guerrando Palei Júnior, representante dos
25 discentes (justificou sua ausência). Como convidados estavam presentes: Silvana Rosa Lisboa de Sá,
26 Diretora Executiva; Eduardo Aquino Hübler, representante da CPA; Daniela de Carvalho Carrelas,
27 Pró-Reitora de Ensino; e Emerson Ribeiro de Mello, Diretor de Tecnologia da Informação e da

28 Comunicação. A prof. Maria Clara iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros presentes.

29 **Pauta:** 1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Apreciação de Resoluções *ad referendum*; 4.

30 Regulamento Interno da CPA; 5. Comissão análise da Resolução 13; 6. Regulamento dos NEaDs e do

31 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância; 7. Apreciação de cursos; 8. Cronograma

32 de definição da política de formação; 9. PDTI 2014-2015; 10. Resultado das Eleições do CONSUP.

33 **Ordem do dia: 1- Aprovação de ata:** Foi aprovada a ata da reunião de 21/05/2014 e assinada pelos

34 conselheiros. **2- Informes:** A presidente, prof. Maria Clara, informou: **a)** O IFSC está vivenciando

35 um sentimento de pêsames, pois no dia 18/06 faleceu o servidor Sandro de Quevedo Peil, professor

36 de Biologia do Câmpus Araranguá em um acidente de carro, e no dia 26/06 faleceu a professora

37 Valéria Fendler Amorim, mãe da servidora Yanna de Amorim Cana Brasil Schutz e sogra do servidor

38 Daniel Schutz, durante a realização de uma cirurgia do coração. Destacou que essa é uma forma de

39 homenagear e reconhecer a dedicação desses servidores no desempenho de suas atividades no IFSC.

40 **b)** Justificou que no dia 21/05/2014 não pode estar presente na reunião do Consup que foi presidida

41 pela Diretora Executiva, prof. Silvana Rosa Lisboa de Sá, pois participou de uma reunião do CONIF

42 com a presidente Dilma Rousseff para tratar de questões específicas da Rede Federal de Educação

43 Tecnológica. **c)** No dia 06/06 a presidente Dilma Rousseff esteve em Florianópolis para a formatura

44 coletiva do Pronatec, da qual participaram em torno de 2000 estudantes, sendo um momento de

45 bastante emoção e muito importante para o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo IFSC e

46 também pelo IFC e pelo Sistema S. **d)** Nos dias 25 e 26/06 aconteceu o Emodatex – Encontro de

47 Moda e Têxtil promovido pelo Câmpus Araranguá. Foi um evento muito importante para mostrar o

48 trabalho que vem sendo desenvolvido nos Câmpus na área têxtil, outra área de atuação do IFSC, e

49 contou com a participação de alunos e servidores dos câmpus Gaspar e São Miguel do Oeste, que

50 também atuam nessa área. O Câmpus Jaraguá não pode estar presente no evento. **e)** A reunião

51 ordinária do CONIF será realizada em Florianópolis, com abertura do evento no Auditório da

52 Reitoria, no dia 1º/07 e no dia 30/06 inicia o Forplan – Fórum de Planejamento e Administração da

53 Rede Federal, também em Florianópolis, do qual participam os Pró-Reitores de Administração que

54 farão a discussão dos critérios da Matriz Orçamentária 2015. **f)** Destacou o lançamento da 2ª etapa do

55 Pronatec, pela presidente Dilma Rousseff, o que representa um grande desafio para os Institutos

56 Federais e grande trabalho a ser realizar na área da educação profissional e tecnológica. **g)** O

57 conselheiro Erci Schoenfelder informou que o Câmpus Jaraguá do Sul completou 20 anos no dia

58 18/05 e realizou uma atividade de comemoração no dia 29/05. No dia 1º/07 o Câmpus receberá uma

59 homenagem na Câmara de Vereadores com a presença do Prefeito e outras autoridades do município

60 de Jaraguá do Sul. **3- Apreciação de resoluções *ad referendum*:** Foram submetidas à apreciação as

61 seguintes resoluções: **a)** Resolução 17/2014/Consup – Aprova, *ad referendum*, o Edital nº 02/2014 do

62 Conselho Superior, que estabelece as normas para a escolha dos representantes egressos do Consup.

63 Devido à necessidade de recomposição do Consup e obedecendo ao prazo legal, foi realizado o

64 processo de escolha dos representantes dos egressos com a publicação de edital, conforme previsto no

65 Regimento Interno do Consup e no Estatuto do IFSC. **b)** Resolução 18/2014/Consup – Aprova, *ad*
66 *referendum*, a submissão à CAPES das propostas de cursos de mestrado profissional do IFSC em:
67 Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Engenharia Eletrônica; Inovação Tecnológica;
68 Proteção Radiológica; Sistemas de Energia Elétrica; e Tecnologia Ambiental. As propostas de oferta
69 dos cursos de mestrado profissional foram aprovadas pelo CEPE e não haveria tempo hábil para
70 aprovação em reunião do Consup, em razão dos trâmites necessários para a aprovação da Capes. Os
71 seis cursos serão ofertados nas áreas em que o IFSC atua com bastante densidade e o curso de
72 Educação Profissional e Tecnológica será ofertado pelo Centro de Referência. **b)** Resolução
73 19/2014/Consup – Aprova, *ad referendum*, a inclusão de item na TABELA II do ANEXO I, da
74 Resolução nº 25/2012/CS que estabelece os critérios para o pagamento de Gratificação por Encargo
75 de Curso ou Concurso, considerando a aprovação das resoluções 05/2014 e 16/2014 deste Conselho.
76 O item descreve a atividade de análise de memorial e relatório referente aos processos de Professor
77 Titular e RSC, a referência e o percentual do maior vencimento básico para fins de pagamento da
78 gratificação. **c)** Resolução 21/2014/Consup – Aprova, *ad referendum*, a homologação do resultado
79 final das eleições para o mandato de julho de 2014 a junho de 2016 dos novos membros do Conselho
80 Superior. Em razão dos prazos legais foi necessária a aprovação. **Encaminhamento:** Os conselheiros
81 ratificaram as resoluções 17, 18, 19 e 21/2014 deste Conselho Superior. **4- Comissão análise da**
82 **Resolução 13:** A comissão do Consup composta pelos conselheiros Maria Bertília Oss Giacomeli,
83 Marcos Araquem Scopel, Eliana Cristina Bär e Emanuel Luiz Flores da Silva para analisar a última
84 versão da minuta da Resolução 13 e os pareceres do CODIR e do CEPE e, de acordo com a última
85 reunião realizada em 21/05/2014, analisar o posicionamento dos Colegiados de Câmpus quanto aos
86 dissensos gerados na Assembleia de Conciliação realizada pelos docentes, apresentou o trabalho
87 realizado pelo grupo. O conselheiro Marcos Araquem Scopel relatou que a comissão enviou aos
88 Colegiados um questionário contendo os 24 dissensos presentes na minuta da resolução. Do total de
89 21 câmpus, apenas 02 não responderam, São Carlos e Jaraguá do Sul, os demais 19 câmpus enviaram
90 as suas opiniões. O conselheiro Marcos explicou que foi elaborada uma planilha contendo o dissenso
91 e a proposta vencedora, ou seja, a proposição que teve o maior número de concordância pelos
92 câmpus. A comissão fez ressalvas em alguns pontos considerando as análises durante o processo. A
93 conselheira Eliana explicou que a comissão analisou o texto da resolução dividindo os dissensos em
94 dois tipos, os principais que se referem à carga horária disposta nos artigos 16 e 17 e os secundários
95 que se referem aos anexos. A comissão analisou os pareceres e as análises do CEPE e do Codir e a
96 decisão da maioria dos Colegiados dos Câmpus e acata a proposta de que a carga horária semanal de
97 aulas seja no mínimo 08 (oito) horas e no máximo 18 (dezoito) horas e propõe que a carga horária
98 destinada a atividades de organização de ensino seja de 75 % para disciplinas já ministradas e 100%
99 para disciplinas novas sobre a carga horária semanal de aulas. Caso sejam aprovadas essas propostas,
100 o texto das proposições dos anexos deverão ser adequadas. Com isso, a comissão propõe que os
101 dissensos presentes nos anexos não sejam votados pelo Consup e entende que por se tratar de

102 questões técnicas o CEPE é o órgão competente para analisar e aprovar essas proposições. A
103 conselheira Eliana explicou que a comissão ponderou a necessidade de valorização das atividades de
104 pesquisa e extensão e propôs uma carga horária mínima de 10 horas para professores que tenham
105 atividades de pesquisa e/ou extensão aprovados na instituição, considerando a carga horária de 40
106 horas semanais. Questionou-se qual seria o impacto em sala de aula e foi respondido que o impacto
107 não seria significativo, uma vez que o professor poderia alocar até 15 horas em sala de aula.
108 Questionou-se também como seria a carga horária de um professor com 10 horas destinadas à
109 pesquisa, se teria 15 horas de aulas e 15 horas para preparação de aulas, se o percentual fosse 100% e
110 qual a jornada de trabalho vigente na instituição. A Presidente esclareceu que sim, que essa poderia
111 ser a carga horária de um docente e que há professores com 20 horas e a grande maioria com 40
112 horas. Argumentou que adequar a nova regulamentação é necessária pela mudança ocorrida no IFSC,
113 na sua atuação, após a aprovação da lei em 2008, criando os Institutos Federais. Foi questionado
114 ainda sobre o percentual de 75% que não foi aprovado. A conselheira Eliana explicou que 100% e
115 75% é a proposição da comissão, que o CEPE propõe o percentual de 100% para a preparação de
116 aulas sem distinção e o Codir faz um estudo para planificação da distribuição da carga horária
117 docente e da análise orçamentária e indica o percentual de 75% de carga horária para a preparação de
118 aulas, pois dessa forma o número de horas semanais a serem distribuídas para outras atividades
119 poderia ser viabilizado, e com o percentual de 100% os câmpus de tipo 4 e 5 teriam problemas já na
120 sua implantação. A Presidente esclareceu que houve várias proposições na assembleia inclusive se
121 partiu do percentual de 50% como é atualmente e chegou-se até uma proposta de 100% e 125%, o
122 que não é viável para a instituição considerando a condição orçamentária. Destacou que o CEPE
123 analisou as questões técnicas e acadêmicas, mas não as questões orçamentárias e o Codir como órgão
124 competente analisou as questões administrativas, orçamentárias e financeiras. Essa proposição foi
125 apresentada aos Colegiados que se manifestaram e 13 câmpus concordaram com o mínimo de 8 e o
126 máximo de 18 aulas. A Presidente destacou que a reflexão foi feita em todos os Colegiados que se
127 posicionaram, então não é uma decisão do Codir. Destacou também que essa reunião é um momento
128 fundamental do Conselho, pois não está decidindo somente a carga horária docente, mas todo o
129 funcionamento da instituição. A conselheira Berenice destacou que como representante dos docentes
130 queria registrar que a solicitação para preparação de aulas era de 100%, mas é necessário avaliar a
131 realidade e o contexto da instituição. Foi questionado como seriam analisados os pareceres dos
132 Colegiados e qual seria a dinâmica para a aprovação da resolução, uma vez que os conselheiros não
133 tiveram acesso a todos os documentos. Sugeriu-se analisar todo o documento elaborado pela
134 comissão. A Presidente ressaltou que o processo para a discussão da Resolução 13 foi aprovado pelo
135 Consup, inclusive com a participação de um representante docente na comissão e com um
136 cronograma de trabalho. Reforçou que a Resolução 13 está sendo discutida há 01 ano, que a
137 Audiência dos docentes, foi apenas uma das etapas, e que o Consup criou uma comissão legítima,
138 para analisar os documentos e trazer um parecer que será submetido à votação. O conselheiro

139 Clodoaldo argumentou que como os conselheiros não tiveram acesso às respostas dos câmpus,
140 gostaria que fosse apresentada a planilha elaborada pela comissão com os dissensos e as ressalvas
141 feitas. A conselheira Eliana apresentou o documento, destacando as proposições feitas pela comissão
142 tendo em vista o interesse institucional. O conselheiro Helio Ormeu Ribeiro destacou que não
143 entendia porque a comissão estava propondo 75% e 100%, se o CEPE propôs 100% sem distinção de
144 disciplinas já ministradas ou novas. A comissão destacou que considerou o parecer do CEPE e do
145 Codir, as manifestações dos Colegiados de Câmpus, mas principalmente o interesse institucional, e
146 reforçou que propõe a aprovação de apenas algumas proposições e a não aprovação dos anexos, para
147 retorno ao CEPE que definirá as questões técnicas e que não competem ao Conselho Superior devido
148 as suas especificidades. A Presidente submeteu à aprovação o parecer da comissão do Consup com a
149 proposta de retorno ao CEPE para ajuste dos anexos e detalhamento técnico. **Encaminhamento:** Foi
150 proposto votar o parecer, com destaque aos percentuais, votados em separado. Foi aprovado por todos
151 os conselheiros presentes o parecer da comissão, com destaque para os percentuais de 75% e 100%,
152 para carga horária destinada a atividades de organização de ensino, que tiveram uma votação em
153 separado com 12 votos favoráveis e 04 votos contrários. A Presidente destacou que o CEPE fará o
154 ajuste dos anexos da resolução em relação à proposta aprovada. A implantação da nova resolução será
155 a partir de 2015 e o Consup poderá fazer uma análise dentro de 01 ano da sua implantação. **5-**
156 **Regulamento Interno da CPA:** O prof. Eduardo Aquino Hübler, membro da comissão, justificou a
157 ausência do Presidente da Comissão Própria de Avaliação, prof. Adriano Heis, e apresentou a
158 proposta de alteração do Regulamento da CPA. Destacou que as alterações se referem ao § 2º do
159 artigo 6º que dispõe sobre as Comissões Locais nos Câmpus e a periodicidade das reuniões, com 12
160 reuniões ordinárias anuais. Informou que no regulamento vigente as reuniões são quinzenais e
161 ressaltou que o documento ainda deverá passar por uma revisão antes da publicação, para verificar
162 questões de forma, mas as alterações de conteúdo são as apresentadas. O conselheiro Cleverson
163 Tabajara Vianna questionou se a indicação do coordenador da comissão local não deveria ser feita
164 pela Reitora. Esclareceu-se que a indicação, ou seja, a escolha do coordenador da Comissão Local
165 será feita pela Comissão Central, mas a designação será por ato da Reitora. **Encaminhamento:** Os
166 conselheiros aprovaram as alterações propostas no Regulamento da CPA. **6- Regulamento dos**
167 **NEaDs e do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância:** A Pró-Reitora de
168 Ensino, Daniela de Carvalho Carrelas, esclareceu que houve um engano no registro da pauta, o tema
169 correto é a criação dos Núcleos de Educação a Distância dos câmpus. A minuta do regulamento do
170 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância deverá ser apreciada na próxima reunião
171 do CONSUP. A Pró-Reitora informou que foram realizadas visitas técnicas aos câmpus, para verificar
172 se haviam as condições adequadas, conforme instrumento aprovado pelo Consup, para a criação dos
173 núcleos. Alguns câmpus estavam com pendências e se comprometeram a solucioná-las no prazo de
174 03 meses. A Presidente esclareceu que a avaliação é feita por uma comissão do IFSC que utiliza os
175 mesmos critérios da Capes e que após a criação dos NEaDs nos câmpus é solicitado o seu

176 credenciamento junto à Capes. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram a criação dos NEaDs
177 nos câmpus Araranguá, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Garopaba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e
178 Xanxerê. **7- Apreciação de Cursos:** Curso Técnico em Guia de Turismo do Câmpus Garopaba: A
179 pró-reitora, prof. Daniela informou que o curso tem ênfase em turismo regional e a oferta será
180 intercalada com outro curso técnico da área para que o mercado local não se sature, caso a oferta
181 fosse regular e semestral. O conselheiro Helio Ormeu Ribeiro questionou se apenas 01 especialista na
182 área de Turismo e Hotelaria seria suficiente, ou se com a implantação do curso não haveria
183 necessidade de contratação de mais docentes e sugeriu que o Consup aprovasse a proposição de que
184 para os cursos novos não se contratasse novos professores durante os 02 primeiros anos, a menos que
185 haja previsão no PPC. A prof. Daniela explicou que havia mais um especialista, uma professora guia
186 de turismo habilitada e credenciada no Ministério do Turismo e esclareceu que com a aprovação do
187 POCV – Plano de Oferta de Cursos e Vagas, que faz parte do PDI, esse problema acaba, pois se trata
188 exatamente do planejamento dos câmpus em relação à oferta formativa e ao quantitativo de
189 profissionais. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram o Curso Técnico em Guia de Turismo
190 do Câmpus Garopaba. **8- Cronograma de definição da política de formação:** A pró-reitora, prof.
191 Daniela informou que foi aprovado pelo Consup o cronograma de definição da política de formação
192 do IFSC no início de 2014 e, na sua aprovação, foi solicitado que o término fosse antecipado, em
193 relação à proposta original, para julho de 2014. Em razão das várias pautas existentes nos câmpus,
194 RDP, POCV, PDI 2014-2018, PAT 2015, ficou inviável a sua execução. Ressaltou que no
195 encaminhamento feito ao Consup essa é a argumentação dos câmpus e, considerando que não há
196 tempo suficiente para viabilizar uma discussão de qualidade, solicita prorrogação do prazo e
197 apresenta nova proposta de cronograma com previsão de apresentação da minuta ao Consup na
198 reunião de 15/10/2014. **Encaminhamento:** Foi aprovada a alteração do cronograma de definição da
199 política de formação do IFSC. **9- PDTI 2014-2015:** O Diretor de Tecnologia da Informação e da
200 Comunicação, Emerson Ribeiro de Mello, apresentou o documento destacando que o Plano Diretor
201 de Tecnologia da Informação especifica as necessidades da instituição. Destacou que existe a
202 Instrução Normativa 04/2010/MPOG que determina que todos os órgãos públicos precisam aprovar o
203 seu PDTI e estabelece que toda a contratação de bens e serviços de TI deve estar contemplada no
204 PDTI. Explicou que isso vem sendo trabalhado de modo intenso nos câmpus, ou seja, orienta-se que
205 toda e qualquer contratação precisa estar prevista no PDTI para ser de fato executada. Ressaltou que
206 o documento foi elaborado pela Equipe de Elaboração do PDTI, formada por servidores dos câmpus
207 e da Reitoria, que realizou reuniões periódicas via webconferência e em maio de 2014 a minuta foi
208 entregue ao Comitê de TI. Em junho o documento foi apresentado na reunião do Codir que solicitou
209 algumas correções com base na planilha orçamentária. Explicou que o levantamento das
210 necessidades foi feito por questionário dirigido aos servidores e aos diretores e, a partir dessa
211 pesquisa, o CTI identificou as necessidades gerais da instituição. Foram apresentadas as necessidades
212 e os valores correspondentes. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram o PDTI 2014-2015.

213 **10- Resultado das Eleições do CONSUP e CPA:** A Presidente destacou que as eleições para o
214 Consup e CPA foi um processo inédito com escolha on-line e que foram feitos testes de segurança e
215 sigilo para garantir a confiabilidade. Destacou também que como se trata de um processor inovador é
216 necessário avaliar qual o impacto em todo o processo eleitoral e também a nova composição do
217 Conselho com 05 representantes dos segmentos docente, discente, dos técnico-administrativos e dos
218 diretores gerais. Outro destaque foi a realização da eleição para os alunos, pois no processo anterior a
219 escolha foi feita por meio de sorteio. Esse processo de eleição criou um movimento forte com os
220 alunos, com a realização de reuniões e o debate para o fortalecimento da representação estudantil. O
221 conselheiro Cleverson Tabajara Vianna declarou que apesar do processo ter transcorrido na
222 normalidade, deve-se registrar que houve um desconhecimento do processo, do sigilo e deveria haver
223 mais esclarecimentos sobre a transparência. O diretor de TI, prof. Emerson, destacou que em virtude
224 da demanda apresentada pelo Consup, a participação dos alunos elegendo os seus representantes, foi
225 escolhido um sistema on-line, mais viável economicamente, que garantisse todos os requisitos de
226 uma eleição. O sistema Helios foi desenvolvido em um trabalho de doutorado e utiliza a criptografia
227 de dados, garantindo que ninguém poderá alterar o voto de um eleitor, ninguém vai saber em quem o
228 eleitor votou, inclusive a TI, e garantindo que não é possível a alteração do resultado, pois existe um
229 Centro de Auditoria no sistema, que pode ser acessado em qualquer computador, e que revela se
230 houver adulteração. Destacou que o sistema é um software livre e já foi usado por outros órgãos,
231 como a Sociedade Brasileira de Computação, a Universidade de Princeton e uma Procuradoria
232 Federal. O conselheiro Cleverson Tabajara Vianna destacou que houve pouca divulgação do processo
233 e que havia dados desatualizados, dando direito de voto a quem não poderia votar. O diretor Emerson
234 esclareceu que a listagem dos eleitores foi feita com bastante critério, com a combinação do sistema
235 acadêmico, do sistema de Gestão de Pessoas, a fita espelho do SIAPE. Trabalhou-se de forma a
236 garantir que essas listas estivessem disponíveis no sistema de votação e que cada eleitor tivesse
237 direito a apenas um voto por segmento. Os requisitos para os eleitores eram ser servidor ativo ou
238 aluno com matrícula ativa. Além disso, foram publicadas as listas dos eleitores aptos e qualquer
239 servidor poderia apontar um erro. A própria TI verificou um erro e fez uma retificação. A Presidente
240 destacou que desde início do processo houve divulgação por parte do jornalismo e da TI, mas sem o
241 detalhamento técnico do sistema. Para uma próxima edição deverá haver uma melhora na divulgação
242 do processo e usar todos os canais disponíveis. Os conselheiros questionaram sobre a possibilidade de
243 mudança do voto e sobre a eleição com 03 dias de votação. O diretor Emerson esclareceu que o
244 sistema Helios foi desenvolvido, como afirma o autor, para uma eleição com baixo risco de coerção,
245 ou seja, ajuda de terceiros. Por isso existe a possibilidade de votar várias vezes, valendo sempre a
246 última escolha, mas é possível restringir a somente um computador por câmpus votando uma única
247 vez. Em relação aos 03 dias de votação isso garante uma maior margem de segurança caso haja uma
248 indisponibilidade técnica, como uma queda de energia ou um problema com o servidor de e-mail. O
249 conselheiro Clodoaldo sugeriu disponibilizar o sistema aos câmpus para transformar em um processo

250 interno da instituição e o diretor de TI destacou que a intenção é transformar em um serviço da TI. A
251 Presidente parabenizou o trabalho e ressaltou que representa um avanço para a instituição.
252 **Encaminhamento:** A comissão eleitoral fará a apresentação do relatório das eleições na próxima
253 reunião ordinária. **11- Adesão ao Movimento A Indústria pela Educação:** A Presidente solicitou a
254 inclusão do ponto, explicando que o IFSC recebeu um convite para participar do Movimento A
255 Indústria pela Educação coordenado pela FIESC, que tem como um dos objetivos elevar os níveis de
256 escolaridade dos trabalhadores. Destacou que há 1500 indústrias participando e que a adesão ao
257 movimento, por meio da assinatura do termo, vai aproximar a atuação do IFSC junto ao setor
258 industrial e o IFSC, por ser uma instituição de educação, tem uma parcela importante para contribuir
259 com o desenvolvimento da educação e a elevação do nível de escolaridade no estado de Santa
260 Catarina. **Encaminhamento:** Os conselheiros aprovaram a adesão do IFSC ao movimento. A
261 Presidente, prof. Maria Clara, salientou que essa era a última reunião desses conselheiros e agradeceu
262 a jornada de 02 anos e meio de trabalho muito intenso e de muita qualidade, destacando quanto o
263 Consup contribuiu para o avanço da instituição de modo comprometido. Foi feita a entrega dos
264 certificados aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Superior, prof.
265 Maria Clara Kaschny Schneider, declarou encerrada a reunião da qual eu, Adriana Braga Gomes,
266 Secretária em exercício deste Conselho, lavrei a presente ata, que dato e assino, após assinada pela
presidente e pelos demais membros presentes.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
Presidente do Conselho Superior

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
Representante suplente do MEC

(justificou a ausência)
EDNA CORRÊA BATISTOTTI
Representante da SED

SÉRGIO LUIZ GARGIONI
Representante da FAPESC

ANTÔNIO JOSÉ CARRADORE
Representante da FIESC

Representada por Kátia Simone Agapito Zanela
ALESSANDRA TAGLIARI CAETANO DA SILVA
Representante da FAESC

(justificou a ausência)
ANNA JÚLIA RODRIGUES
Representante da CUT SC

(justificou a ausência)
FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO
Representante da NCST SC

DALTON LUÍS VENTURA
Representante dos egressos

CESAR NORBERTO RIHL DE AZAMBUJA
Representante dos egressos

ERCI SCHOENFELDER
Representante dos diretores gerais

MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI
Representante dos diretores gerais

TELMA PIRES PACHECO DE AMORIM
Representante dos diretores gerais

RAQUEL MATYS CARDENUTO
Representante dos diretores gerais

CLODOALDO MACHADO
Representante dos docentes

MARCOS ARAQUEM SCOPEL
Representante dos docentes

CLEVERSON TABAJARA VIANNA
Representante dos docentes

BERENICE DA SILVA JUNKES
Representante dos docentes

APARECIDA ROCHA GONÇALVES
Representante dos técnico-administrativos

(justificou a ausência)
DELMAR MOREIRA COUTRIN
Representante dos técnico-administrativos

DOUGLAS DENI ALVES
Representante dos técnico-administrativos

ELIANA CRISTINA BÄR
Representante dos técnico-administrativos

(justificou a ausência)
JOANA ALEXANDRINA
Representante dos discentes

(justificou a ausência)
EMANUEL LUIZ FLORES DA SILVA
Representante dos discentes

(justificou a ausência)
FERNANDO TOPAL RAMTHUN
Representante dos discentes

(justificou a ausência)
GUERRANDO PALEI JÚNIOR
Representante dos discentes

ADRIANA BRAGA GOMES
Secretária do Conselho Superior em exercício

